

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
Herbert Victor Levy — *Presidente*
Luiz Fernando Ferreira Levy — *Vice-Presidente*

Paulo Roberto Ferreira Levy
Henrique Alves de Araújo
Roberto de Souza Ayres
Delacir Mazzini
Benjamin Constant Correa Junior

GAZETA MERCANTIL

Quinta-feira, 27 de outubro de 1994

DIRETORIA
Diretor-Presidente
Luiz Fernando Ferreira Levy

Diretores Executivos
Dirceu Brisola
Henrique Alves de Araújo
José Ruy Alvarez Filho
Luiz Augusto de Castro

Página 4

Obedece à lógica a instituição, nas próximas semanas, de uma linha de financiamento a longo prazo às empresas, através do BNDES, para aumento da capacidade instalada. Tendo o governo tomado medidas preventivas para esfriar o consumo, de modo a não permitir desabastecimento, altas oportunidades de preços ou generalização da cobrança de ágio, deveria ele, como vinham reclamando os empresários, criar paralelamente mecanismos para o aumento da oferta de bens industriais.

Merece ser lembrado que, ao restringir o ingresso de recursos externos, a equipe econômica fez uma exceção deixando livres de entraves os investimentos diretos (capital de risco). Estima-se que os investimentos externos canalizados para o setor produtivo deverão alcançar US\$ 2,6 bilhões neste ano, valor que pode elevar-se consideravelmente em 1995. Com o crescimento econômico sustentado, abrem-se mais oportunidades para a formação de "joint ventures" com empresas do exterior, o que deve ser uma característica da economia brasileira na etapa em que o Brasil ingressou depois do Plano Real.

Adaptação necessária

Mas, evidentemente, ao lado de mais investimentos de fora o governo teria de fortalecer os instrumentos internos de financiamento a mais longo prazo, a custos compatíveis, para empresas nacionais de todos os portes. Isso é tanto mais importante se se considerar que muitos setores industriais, como disse o ministro Ciro Gomes, já estão ocupando praticamente 100% de sua capacidade instalada.

A única razão impeditiva seria a falta de recursos, e estes já existem no BNDES, segundo mostram dados do próprio banco. Os valores destinados a projetos de ampliação da produção poderiam ainda ser suplementados por recursos do PIS e do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), ao lado de outros que poderiam vir a ser captados junto a investidores institucionais.

Isso combinaria perfeitamente com os objetivos sociais da política econômica. O governo não ignora que o aquecimento do con-

sumo, apesar dos problemas que poderia vir a acarretar mais adiante, teve um impacto direto sobre o emprego, que está francamente em recuperação em todo o País. Se o nível de ocupação na indústria não se expandiu muito, houve crescimento notável no setor de serviços, englobando comércio e transportes, mostrando claramente o efeito reprodutor da expansão da produção industrial.

Outra consequência de grande importância foi o aumento do registro de firmas individuais ou microempresas e de sociedades limitadas, constatado nas juntas comerciais. Se isso, em parte, é resultado da terceirização, que se vem tornando mais comum em razão da necessidade de reduzir os custos, é também muito apreciável a influência nessa área da expansão do mercado, que passou a demandar não apenas mais bens mas igualmente mais serviços.

Se a criação da linha para ampliar a produção, a isenção prevista da Cofins e do

PIS/Pasep para a exportação e o aumento do prazo para financiamento para aquisição de táxis (outra medida também já acertada) representam uma amenização ou adaptação do "pacote" de meados deste mês, a equipe econômica não tenciona recuar no que diz respeito ao depósito compulsório de 15% sobre operações de crédito pela rede bancária em geral, que veio puxar novamente os juros.

Por enquanto, os únicos financiamentos que terão menor custo, além dos destinados ao custeio agrícola, são aqueles do BNDES com a finalidade específica de aumento da capacidade produtiva no setor industrial, os quais estarão sujeitos à variação da taxa do mercado interbancário de Londres (Libor), mais um "spread" ainda a ser estabelecido. Pode ser que, posteriormente — não, ao que tudo indica, no atual governo —, as autoridades monetárias permitam aos bancos de investimento voltar a seu modelo original, participando também, com o aporte de recursos internos e externos, do financiamento a uma economia em expansão. Mas isso só poderá ocorrer depois que a inflação estiver definitivamente dominada.